

À

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - APPA

REF: Questionamentos ao EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2025

[REDACTED] acima identificada, tendo o interesse em participar do edital citado, vem através deste documento solicitar o seguinte esclarecimento:

QUESTIONAMENTO 01:

11.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.4.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedades por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus atuais administradores;

[REDACTED] No tópico que trata da Habilitação, entendemos que a apresentação do Contrato Social ou Estatuto, deverá ser através de cópia autenticada. Entretanto, no estado do Rio de Janeiro, a JUCERJA (Junta Comercial) já opera com o sistema de chancela digital e pode ter suas autenticidades confirmadas através do site do Órgão, conforme descrito no rodapé dos documentos, de acordo com o publicado no DOERJ de 19/04/2013 e amparo normativo Deliberação JUCERJA nº 74/2014.

Ainda sobre o tema, vale destacar a fundamentação legal sobre a validade jurídica dos documentos com a certificação digital está prevista no art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

“Art. 1º - Fica instituída a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.”

Desta forma, a produção de vias autenticadas junto aos Cartórios não é necessária, pois, em razão da chancela eletrônica contida nos respectivos documentos, estes equivalem à via original emitida pelo Órgão podendo, assim, nos abster da autenticação cartorial para o Contrato Social.

Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 02:

11.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

11.7. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.7.1.2. A licitante deverá comprovar a concessão e/ou autorização emitida pela ANATEL que legitime autorização para exploração do serviço licitado, outorgada pelo poder concedente nos termos da legislação em vigor;

11.7.1.3. Comprovar que possui a cobertura, através de listagem homologada de registro na ANATEL;

[REDACTED] Entendemos que a apresentação, somente, da publicação no Diário Oficial da União (DOU) dos Extratos dos Termos de Autorizações celebrados entre a Anatel e a licitante, onde conste, autorização para prestação dos serviços elencados, ou até mesmo, da declaração emitida pela Anatel, atendem as exigências previstas no subitem elencado.

Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 03:

DO EDITAL, ITEM 7. SUBMISSÃO DAS PROPOSTAS

7.1. Os licitantes credenciados deverão encaminhar as propostas exclusivamente através do sistema Licitações-e, até a data e horário limites informados no item 3 do presente Edital, podendo as licitantes substituí-las ou excluí-las até o citado momento, quando, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

[REDACTED] Pedimos esclarecer sobre como deve ser inclusa a proposta de preços inicial no sistema onde ocorrerá o pregão. Entendemos que a proposta comercial escrita (word), conforme modelo de proposta de preço (anexo II), será enviada **apenas pela licitante arrematante do pregão**, após a fase da disputa.

Desta forma, antes da disputa, haverá apenas o registro da oferta no portal, não sendo necessário o envio da proposta em papel timbrado, rubricada e assinada uma vez que é vedada a identificação do licitante.

Nosso entendimento está correto? Caso não, pedimos esclarecer.

Resposta: Seu entendimento está correto.

QUESTIONAMENTO 04:

DO EDITAL, ITEM 11. HABILITAÇÃO TÉCNICA

11.7.1.3. Comprovar que possui a cobertura, através de listagem homologada de registro na ANATEL;

Entendemos que para atendimento do item supracitado, as informações de cobertura desta licitante devem extraídas, pela contratante, do site da ANATEL (<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/infraestrutura/cobertura-movel>), utilizando os filtros pertinentes, de acordo com o tipo de informação que a contratante deseja ter acesso. Nosso entendimento está correto?

Resposta: **Sim está correto**

QUESTIONAMENTO 05:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1.5. A operadora CONTRATADA deverá disponibilizar a rede de dados com maior velocidade existente na respectiva cidade, incluindo 4G nas cidades que a possuam ou venham a possuir no decorrer do contrato, aumentando a velocidade automaticamente para as linhas contratadas sem custo adicional para a CONTRATANTE.

É de conhecimento que a [REDACTED] é a primeira operadora a cobrir com 4G todos os municípios brasileiros, porém segue o percentual de cobertura exigido pelas regras da Anatel, onde as operadoras tenham cobertura em 80% da área urbana do distrito sede do município, sem obrigação de cobertura em áreas rurais ou indoor.

O aumento automático da velocidade para as linhas contratadas sem custo adicional também é uma condição que pode ser considerada excessiva. A imposição de que a operadora forneça aumento de capacidade sem a devida compensação ou revisão contratual poderá prejudicar o modelo econômico da operadora, dado que o aumento da demanda pode acarretar custos operacionais adicionais que não foram previstos inicialmente. O reajuste automático de velocidades não contempla a variação do custo da infraestrutura necessária para suportar tal ampliação de serviços.

Dessa forma, pedido a exclusão do item do edital pois as operadoras trabalham conforme regras da Anatel. Nosso pedido será acatado?

Resposta: Não, pois sempre será cobrado atendimento a velocidade ou tecnologia em uso na atualidade. Pois não pedimos equipamentos ou torres adicionais, para atendimento apenas a esta contratante.

QUESTIONAMENTO 06:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, ITEM 3.12.4 QUANTO A DISPONIBILIDADE DOS SERVIÇOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E ITEM 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1.8. A CONTRATADA deverá zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de imediato às solicitações da Contratante, corrigindo no prazo máximo de 24 horas, após notificação da fiscalização, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.

10.10. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante em até 2 (dois) dias úteis, por intermédio do preposto designado para acompanhamento do contrato, a contar de sua solicitação, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram a Contratada.

10.24. A Contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato, mediante solicitação da Contratante, devendo serem atendidas num prazo de até 24h (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da solicitação, conforme Acordo de Nível de Serviço, salvo situações que exijam maior prazo para manutenção por parte da Contratada, que apresentará justificativa pertinente.

Em até 48h	Ativação de serviços	0,3
Em até 24h	Desativação de serviços	0,3
Em até 06h	Bloqueio de linha	0,3
Em até 06h	Desbloqueio de linha	0,3
Em até 05 dias corridos	Correção de fatura(s) sob contestação	0,3

Identificamos prazos diversos no que tange ao tempo de retorno da contratada. Visando viabilizar a participação de uma maior quantidade de licitantes, solicitamos que as exigências possam ser atendidas conforme os prazos regulamentados pela ANATEL, por meio da Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 que aprova o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações – RGC a qual estabelece em seus artigos 8º que:

“Art. 8º As informações solicitadas pelo Consumidor devem ser prestadas imediatamente e suas reclamações resolvidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do seu recebimento.

Solicitamos que os pedidos de informação recebidos no atendimento, que não possam ser respondidos ou efetivados de imediato, sejam respondidos em até 5 (cinco) dias conforme aprova o regulamento da ANATEL.

Nossa solicitação será acatada?

Resposta: Não. Com exceção do item correção de fatura, para as demais solicitações, não tratam de reclamações, são apenas serviços que de serão prestados durante o contrato. Lembramos ainda que a contratante é pessoa jurídica, com funcionamento diuturno (24 horas) e que possui dependência da telefonia móvel para suas atividades e tomadas de decisões.

QUESTIONAMENTO 07:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.3.5. A franquia de dados é meramente informativa, não constituindo qualquer obrigação futura à CONTRATANTE.

Pedimos esclarecer do que se trata o item supracitado. Entendemos que o órgão quer dizer que a franquia de dados exigida no edital não define um limite ou expectativa de uso do plug-in fornecido em sua totalidade, mas o valor a ser pago pela franquia determinada em edital, poderá ser cobrada pela contratante normalmente já que é um serviço que será prestado pela operadora vencedora. Tal esclarecimento é importante para garantir que as expectativas sejam alinhadas e corretas a todos os participantes. Nosso entendimento está correto.

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 08:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.3.6. Havendo necessidade da CONTRATANTE, os pacotes de dados poderão ser remanejados entre as linhas, ou seja, desativados em uma linha e ativados em outra, sem qualquer custo para a CONTRATANTE, bastando para tanto a solicitação do fiscal do contrato.

3.3.8. Deverá ser permitido o compartilhamento do acesso à internet via Wi-Fi (roteamento) nos smartphones, não sendo aceito o bloqueio ou limitação de tráfego de dados compartilhado.

A exigência descrita acima poderá fracassar a competitividade do certame, haja vista que nem todas as operadoras de telefonia móvel possuem compartilhamento de dados.

Esta forma de gerenciamento não permite que todas as operadoras possam participar deste certame, e acaba direcionando o edital somente para aquelas que possam atender desta forma. Solicitamos que seja desconsiderado o compartilhamento de dados a fim de interpretação em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes.

Importante ressaltar que cada linha de internet é independente e não deve ser compartilhada com outras linhas ou conexões. Cada linha possui sua própria alocação e dependendo do uso de cada colaborador, pode haver o consumo total ou até mesmo o direcionamento de consumo a mais para determinado usuário em detrimento de outros.

Solicitamos a exclusão desta condição de compartilhamento de internet pelo órgão responsável em favor da competitividade.

Nosso pedido será acatado?

Resposta: Não. O item não é uma exigência.

QUESTIONAMENTO 09:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.4.4. Caso sejam constatadas deficiências na cobertura de sinal, será expedido ofício à CONTRATADA questionando sobre os defeitos e solicitando respostas a respeito das medidas a serem tomadas, bem como do cronograma que será seguido pela CONTRATADA para sanar as falhas, incluindo a instalação de antenas internas nas edificações sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

■■■■■ A previsão de que a operadora deverá incluir instalações de antenas internas e ou/reforçadores de sinal em área problemática, sem custo adicional, impõe uma carga financeira que não é adequadamente contemplada neste edital. Não é razoável que a operadora tenha obrigação, de forma indefinida, a investir em infraestrutura adicional, sem a previsão de reajustes contratuais ou compensações adequadas para cobrir os custos que surgirem ao longo da execução do contrato. Tal exigência pode resultar em desequilíbrio econômico-financeiro e configura uma exigência de responsabilidade desproporcional à contratada.

Pedimos a retirada da exigência para evitar o cerceamento da participação dos licitantes.

Nosso pedido será acatado?

Resposta: Não. Caso ocorra a deficiência de sinal, será oficializado a reclamação a contratada, que por suas vez deverá responder com a solução. Caso haja custo, a fiscalização do contrato fara apreciação de cada caso..

QUESTIONAMENTO 10:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.10.7. Em caso de extravio, dano não coberto pela garantia, furto ou roubo de quaisquer dos aparelhos, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do aparelho extraviado, furtado ou danificado irreparavelmente, por outro novo similar ou superior, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data de solicitação da APPA.

■■■■■ Informamos que conforme o artigo 12 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8078/1990), quem responde pelos problemas inerentes ao aparelho celular é o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador e que a operadora se responsabiliza (sem custos) pelas trocas dos aparelhos que apresentarem defeitos de fábrica em até 07 (sete) dias.

O fabricante é o responsável por defeitos de fábrica por um período de até 12 meses, e por este motivo o envio à assistência técnica deverá ser feito pela Contratante.

A operadora não se responsabiliza quanto à manutenção do hardware do aparelho, porém fornece os contatos dos fabricantes e orienta os clientes a entrarem em contato com eles.

Os custos de reparo de aparelhos diagnosticados pela assistência técnica como decorrentes de mau uso serão de responsabilidade da Contratante.

Nos casos de solicitação de reposição de aparelhos por perda/roubo ou extravio e mau uso, a Contratante será cobrada pelo valor do preço do aparelho que estará disponível na tabela vigente da operadora.

O prazo de reposição dos aparelhos é de até 30 (trinta) dias após a sinalização do órgão.

Solicitamos nossa participação desta forma.

Resposta: Entendemos que só estaremos solicitando reposição de aparelhos em caso de defeitos. Em caso de furto, extravio ou roubo, estaremos acionando a contratada e bem como estaremos cientes do custo. Porém, o prazo de 15 dias, já leva em conta o contrato em vigor, então a proponente deve manter em seu estoque, para atendimento imediato.

QUESTIONAMENTO 11:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 7. SUSTENTABILIDADE

7.8. Deverá realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes. O atestado do treinamento, bem como a lista de presença deverá ser anexada aos documentos obrigatórios **para pagamento das faturas mensais**, na terceira medição. Em caso de substituição de funcionários do quadro que atende à APPA, o treinamento deverá ser realizado com os novos empregados.

Entendemos que o escopo deste serviço é de Telecomunicações. Com isso toda a parte de treinamento dos empregados da APPA acerca do tema Sustentabilidade é de responsabilidade da Contratante o que não impacta o pagamento das faturas peça prestação do serviço de SMP. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 12:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E ITEM 18: PRAZOS

10.2. Iniciar a execução dos serviços em até 20 (vinte) dias corridos após a emissão da ordem de início/fornecimento a ser expedida após a assinatura do contrato.

18.2.A primeira habilitação das linhas telefônicas e entrega dos aparelhos smartphones tipo 1,2 e 3, deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Identificamos prazo de início do serviço diferentes no decorrer do edital e seus anexos. Entendemos que o prazo razoável para que as operadoras possam cumprir seus processos internos e logísticos para entrega correta dos aparelhos solicitados, é de até 30 (trinta) dias úteis e este é o prazo que as licitantes devem considerar.

Está correto nosso entendimento?

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 13:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.6. Prover cobertura, de modo que se possa realizar chamadas e transmissão de dados com boa qualidade de serviço.

Atualmente, as condições de cobertura ofertadas pelas operadoras transitam entre 2G, 3G, 4G OU 5G a depender da região do país.

Pelas regras da ANATEL a exigência é de que as operadoras tenham cobertura em 80% da área urbana do distrito sede do município, sem obrigação de cobertura em áreas rurais ou indoor.

Entendemos que o órgão está ciente desta norma da Anatel e as licitantes que trabalharem dentro deste espectro, podem participar plenamente do edital.

Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 14:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.23. Após cada atendimento técnico, após abertura por parte da Contratada e ou Contratante, a Contratada deverá registrar um relatório técnico referente ao(s) atendimento(s), contendo a descrição do(s) atendimento(s), o(s) número(s) do(s) chamado(s), a(s) data(s) do(s) atendimento(s), a identificação do (s) técnico (s) da Contratada, assim, podendo permitir a aceitação do responsável do Contratante para os serviços prestados. O relatório deverá ficar disponível para emissão/impressão e acesso ao Contratante

Entende esta licitante que esta exigência não possui objetivo prático e econômico, uma vez que os serviços contratados serão no perfil ilimitado e com preço fixo. Lembramos que atendermos aos padrões especificados pela ANATEL, e pelos quais somos regulados. O protocolo das solicitações realizadas, podem ser obtidas através do CRC (Central de Relacionamento).

Com isso, entendemos que a fatura com o respectivo relatório se trata do mesmo documento padronizado pela ANATEL (fatura) e que ao apresentá-la estamos de acordo no atendimento das exigências do edital.

Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim está correto

QUESTIONAMENTO 15:

DO EDITAL, ITEM 21. DO PAGAMENTO E DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 13. FORMAS DE PAGAMENTO

21.3. As notas fiscais deverão constar, obrigatoriamente, o nº da Ordem de serviço a que se referem.

13.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, de acordo com a natureza jurídica da CONTRATADA, devidamente atestada pela equipe de fiscalização designada, conforme disposto na Ordem de Serviço nº 054/2020- APPA/EP, observando ainda os seguintes procedimentos:

Quanto à forma de pagamento, esclarecemos que atualmente as operadoras adotam um sistema de faturamento e cobrança moderno, conhecido e aprovado pela ANATEL, baseado em pagamento através

do código de barras. Com isso, entendemos que o pagamento poderá ser realizado através do código de barras contido na fatura.

Desta forma, solicitamos que o pagamento seja realizado mediante a fatura com utilização de código de barras, por se enquadrar corretamente às leis governamentais orçamentárias como forma de pagamento das faturas referentes aos serviços descritos no objeto deste TR.

Nosso pedido será acatado?

Resposta: Estamos de acordo com o solicitado, desde que respeitado os prazos de pagamento estipulados no edital.

QUESTIONAMENTO 16:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 13. FORMAS DE PAGAMENTO

13.5. A fatura de prestação deverá discriminar a designação/identificação dos itens contratados, velocidade, tipo de serviço e demais características.

13.6. As faturas devem apresentar o detalhamento das chamadas por ramal ou linha, com quebra de página, ou seja, o início do detalhamento de um novo ramal ou linha deve ser feito sempre em uma nova página.

As informações da fatura/Nota fiscal não podem divergir da norma contida na Resolução nº 632, de 7 de março de 2014 da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) - que aprova o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal. Frisa-se que a licitação para serviços de telecomunicações, dentre os quais os de telefonia celular, possuem regência pela ANATEL, cuja normatização vincula o modo e os critérios da prestação do serviço, estando às operadoras adstritas a tal regramento que determina as informações que deverão constar no documento de cobrança ao Consumidor.

Vale lembrar que toda documentação que compõem o Contrato Administrativo se encontrará à disposição da contratante, estando esta, por óbvio, ciente de todas as condições/cláusulas firmadas entre as partes.

Assim, solicitamos que o item seja revisto, devendo ser aceito o envio documento de cobrança Notas Fiscais/Faturas decorrentes dos serviços prestados de acordo com o padrão já enviado atualmente pelas operadoras de telefonia celular e aprovado pela ANATEL.

Nossa solicitação será acatada?

Resposta: Não há necessidade revisional. Entendemos que atenderá da mesma forma apresentada por esta empresa, atende ao que foi solicitada em edital

QUESTIONAMENTO 17:

DO TERMO DE REFERÊNCIA, ITEM 3.10 FORNECIMENTO DOS APARELHOS E SIMCARDS E ANEXO II - DO MODELO DE PROPOSTA

Tabela 2 - Quantidade de Aparelhos

TIPO DE ACESSO	QUANTIDADE	FRANQUIA DE DADOS
SMARTPHONE tipo 1	20	40GB
SMARTPHONE tipo 2	10	40GB
SMARTPHONE tipo 3	45	40GB
Tablets	20	40GB
TOTAL	95	

Serviço internet móvel via smartphones 10GB	95	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Serviço internet móvel via smartphones 6GB	95	R\$ -	R\$ -	R\$ -

[REDACTED] Pedimos esclarecer quais são os pacotes de dados que devem ser precificados para cada tipo de acesso. Como as informações estão divergentes, em relação ao quadro disposto no Termo de Referência e no modelo de proposta de preço (conforme acima), sugerimos que o órgão considere a sugestão de distribuição de franquias abaixo, conforme imagem 01 e o formato da imagem 02 para a proposta de preço para que seja possível que as licitantes precifiquem seus preços corretamente. Pois, da forma como está no modelo de proposta de preço, não fica claro para as licitantes apresentarem seus preços.

Imagem 01

TIPO DE ACESSO	QUANTIDADE	FRANQUIA DE DADOS
SMARTPHONE tipo 1	20	20GB
SMARTPHONE tipo 2	10	30GB
SMARTPHONE tipo 3	45	40GB
Tablets	20	50GB

Imagem 02


Descrição	Qtd	Valor unit	Valor mensal	Valor total
Serviço internet móvel via smartphones tipo 01 - 20GB	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Serviço internet móvel via smartphones tipo 02 - 30GB	10	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Serviço internet móvel via smartphones tipo 03 - 40GB	45	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Tablets - 50GB	20	R\$ -	R\$ -	R\$ -

Nosso pedido será acatado?

Resposta: Sim pode ser ofertado maior franquia de dados. Em análise as sua proposta de composição de preços está correta ou também abrange as informações necessárias ao contrato.

**QUESTIONAMENTO 18:
DO ANEXO II - DO MODELO DE PROPOSTA**

EQUIPE DE PREGÃO				
SERVIÇOS	QTDE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO MENSAL	VALOR MÁXIMO 24 MESES
Assinatura	95	R\$ -	R\$ -	R\$
Ferramenta de gestão	95	R\$ -	R\$ -	R\$
Assinatura Serviço Intra-grupo	95	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC1 p/ fixo	500	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC1 p/ móvel mesma operadora	500	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC1 p/ móvel outras operadoras	500	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC2 p/ fixo	100	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC2 p/ móvel mesma operadora	100	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC2 p/ móvel outras operadoras	100	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC3 p/ fixo	100	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC3 p/ móvel mesma operadora	100	R\$ -	R\$ -	R\$
Ligações VC3 p/ móvel outras operadoras	100	R\$ -	R\$ -	R\$
Serviço de SMS	95	R\$ -	R\$ -	R\$
Serviço internet móvel via smartphones 10 GB	95	R\$ -	R\$ -	R\$
Serviço internet móvel via smartphones 6GB	95	R\$ -	R\$ -	R\$
VALOR MÁXIMO GLOBAL MENSAL			R\$ -	R\$

 A licitação visa a eleger a proposta mais barata, apresentada por empresa idônea, para execução do serviço licitado. Desta forma, essa licitante entende que para elaboração da proposta mais vantajosa será admitido que a contratada apresente preços dos serviços unitários simbólicos, irrisórios ou valor zero, considerando que essa redução não irá prover qualquer desequilíbrio financeiro ao contrato, mantendo o preço final de acordo com o praticado no mercado, apenas flexibilizando a margem de preço para os serviços que a contratada possui melhor margem de redução. Entendemos que o orçamento por ser sigiloso e por não ter preços limítrofes de cada recurso pedido para composição do plano, permite que as licitantes sejam livres na precificação da proposta.

Solicitamos a nossa participação desta forma. Nossa solicitação será acatada?

Resposta: sim. Em análise as sua proposta de composição de preços está correta ou também abrange as informações necessárias ao contrato